

KERBAUY, M. T. M. A MORTE DOS CORONÉIS:  
POLÍTICA INTERIORANA E PODER LOCAL. SÃO  
PAULO: CULTURA ACADÊMICA; ARARAQUARA:  
LABORATÓRIO EDITORIAL – UNESP, 2000.

Alexandra SALLES

*Mestranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil.14800-901 – alexandra.salles175@gmail.com*

Embora a bibliografia sobre o tema do poder local seja relativamente extensa, poucos são os autores que se detiveram numa reflexão mais cuidadosa sobre a reestruturação do poder político local, contemplando as mudanças que ocorreram no âmbito local nas últimas décadas. Publicado no ano 2000, o trabalho “A morte dos coronéis: política interiorana e poder local”, de autoria de Maria Teresa Miceli Kerbauy, é uma versão de sua tese de doutorado, orientada pelo sociólogo Bolívar Lamounier, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida no ano de 1992. Este trabalho surge como um importante elemento no entendimento de como as profundas modificações no sistema político brasileiro, proporcionadas pelo golpe militar de 1964, repercutiram diretamente no âmbito municipal.

De acordo com a autora, a implantação do regime autoritário ampliou o papel interventor do Estado sobre a economia e a sociedade, trazendo não apenas transformações políticas, como também um processo de modernização conservadora, caracterizada por grandes investimentos no setor tecnológico-industrial, do qual sobressaíram a urbanização e a integração do sistema de comunicação, rompendo com o isolamento dos municípios.

O intenso processo de urbanização (iniciado a partir de 1950), principal fonte de transformação do interior do Estado de São Paulo, e industrialização provocaram diferenciação econômica e social. Transformações ligadas especialmente à urbanização significaram novas oportunidades de coalizão política, novas bases para a competição política, diferentes tipos de demandas sociais, expansão do índice de participação eleitoral, ao transformar o eleitorado rural em urbano e a emergência de uma nova elite política local, esvaziando a autoridade dos coronéis.

A passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana não foi suficiente para eliminar o tradicionalismo e o coronelismo. O processo de eliminação deste, como prática política do poder local, contou com os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas, gerando condições propícias para tal desaparecimento.

Na tentativa de trazer novos dispositivos para a atuação do poder público e modernizar o aparato estatal, reformas introduzidas pelos governos militares a partir de 1964, implicaram em racionalização e burocratização. No período de 1964/1982, governos do Estado de São Paulo, pautados em metas de desenvolvimento e racionalização da distribuição de recursos, buscando uniformizar o desenvolvimento do interior do Estado, como também as relações políticas e administrativas entre Estado e município, empenharam-se no projeto de descentralização político-administrativa. Para tanto o interior foi dividido em Regiões Administrativas; criaram-se Regiões de Governo e assim, polos regionais de desenvolvimento.

A descentralização tornou mais presente a efetiva aparelhagem governamental e presença do poder público na quase totalidade do território nacional, acabou com a autonomia dos grupos privados, estabelecendo novos tipos de relações políticas e novas mediações entre o município, o Estado e a federação. Houve mudanças nas atribuições e responsabilidades do poder local. O município tornou-se o principal elemento de organização da economia nacional e foi inserido de modo definitivo no sistema político brasileiro.

Entretanto, o processo de descentralização não ocorreu de forma homogênea em toda a federação e nem mesmo dentro de um só Estado. O governo do Estado, na tentativa de homogeneizar o desenvolvimento do interior, contribuiu com o aparecimento de polos regionais e estes, com a emergência de discrepâncias econômicas e sociais, tanto regionais quanto municipais. A partir daí, clivagens e descentralização representam diferentes

graus de autonomia e diferente identidade populacional, ou seja, devido a elas cada município e/ou região terá especificidades na formação e atuação da nova elite política local.

O processo de descentralização tomou a forma de negociação entre os municípios, o Estado e/ou federação, significando desigualdades políticas e um novo tipo de clientelismo, pois, em grande parte, a barganha política continuou dependente de influências pessoais. Daí a impressão de que existe um novo tipo de coronelismo, urbano e moderno, não mais sustentado na propriedade da terra e sim no novo clientelismo presente entre as próprias elites políticas nacionais. Exemplos interessantes podem ser encontrados durante o próprio regime militar quando a permissão para a realização de eleições para o Executivo local contava com mecanismos de dependência – a “opção” situacionista era quem garantia a concessão de empréstimos, a realização de obras públicas, o preenchimento de cargos públicos, entre outros. Tais mecanismos reforçavam a relação clientelista entre governo e administração local e aumentava a dependência municipal em relação aquele.

As clivagens regionais não foram produzidas apenas pela ação governamental. Na luta por alcançar seus objetivos sociais, econômicos, administrativos e políticos, as novas elites políticas locais também contribuíram para a formação e intensificação dessas clivagens, pois, passaram a ocupar posições estratégicas em processos decisórios e na política interna dos municípios. O surto desenvolvimentista do regime militar possibilitou a construção do empresariado industrial como ator político e a diversificação de seus canais de acesso às instâncias decisórias e relativas à defesa de seus interesses específicos, permitindo o aumento do vínculo com a burocracia governamental e a eleição de inúmeros representantes da classe média para postos legislativos, tornando nítida a mudança na composição das lideranças locais.

As Câmaras Municipais, como canal de participação da elite política local e de ascensão política da classe média do interior, torna-se o órgão mediador dos interesses da população e das trocas políticas, passando a intervir na organização da sociedade civil.

Diante das transformações atravessadas pelo país no período em questão, o rompimento com as “mediações exclusivistas” do coronel teve como contribuição não somente o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e a mudança no perfil da elite política local. O crescimento do número do eleitorado e o novo comportamento por ele adotado também tiveram papel relevante, não

apenas na superação das práticas coronelistas, mas na própria composição e atuação da nova elite política local.

A desigual distribuição da população migrante nos diferentes setores de atividade econômica ocasionou a emergência de novos grupos sociais com novas e diferentes reivindicações políticas. Esta complexidade e diversidade de interesses fizeram crescer as divergências no interior da arena política, afetando a estrutura do poder local, pois, com a revalorização do processo eleitoral em 1974 o voto urbano começou a dar maiores chances à oposição. Foram marcados o início do declínio da ARENA e o crescimento do número de votos do MDB em São Paulo e no interior. Este acontecimento renovou o quadro de políticos locais. Desde então, a nova política local implicou num quadro mais profissionalizado e, conseqüentemente, no surgimento de um novo político que, objetivando atender demandas tão heterogêneas e a fim de permanecer no poder, passou a utilizar novos procedimentos.

Neste mesmo contexto, o voto passou a ter um caráter mais público e, embora uma parcela do eleitorado ainda decidisse seu voto por critérios estritamente pessoais, a lealdade e a fidelidade pessoal deixaram de ser garantia para o êxito eleitoral. O eleitor passou a orientar-se “[...] muito mais por avaliações e idéias gerais acerca do regime político, do que por perspectivas imediatistas de ganhos pessoais (voto situacionista), característica do voto rural e, conseqüentemente, da política tradicional.” (KERBAUY, 2000, p.35).

Na busca por novas formas de atender as demandas eleitorais, as novas lideranças políticas modificaram o caráter do clientelismo e ampliaram sua área de atuação. Surgiu o clientelismo de massa, estruturado a partir de mobilização de categorias sociais específicas, corporativas e profissionais. Voltado para a obtenção de bens coletivos ele adquiriu um caráter grupal e impessoal, no entanto, apesar de trazer alguns benefícios a determinados grupos, continuou sendo um mecanismo de controle social e político visando beneficiar, principalmente, os interesses dominantes.

Num plano geral, “A morte dos coronéis: política interiorana e poder local” contém uma reflexão sobre a reestruturação do poder político local, contemplando as mudanças que ocorreram no âmbito local nas últimas décadas e deixando explícito que as mudanças econômicas e sociais, apesar de não significarem a completa independência política do município após a eliminação do coronelismo – identificado por Victor Nunes Leal (1986) pelo poder advindo da estrutura agrária, pela dependência do eleitorado rural e

pelo isolamento dos municípios –, muito contribuíram para a reestruturação do poder político local.

Contudo, a “morte” do coronelismo não se traduziu no fim do tradicionalismo e menos ainda na derrocada do clientelismo. Ao contrário, foi o fim do clientelismo coronelista quem propiciou a emergência e o alargamento do clientelismo de massa, como também, sua transformação em estratégia da nova elite política local para lidar com o eleitorado e, até mesmo para orientar a ação governamental e desta forma, atender às diferentes reivindicações de grupos emergentes, transformando até mesmo medidas consideradas democráticas em negociações entre forças políticas.

As relações clientelistas dispensaram a presença do coronel, passando a existir entre governos, políticos locais e setores da população. O uso clientelista da máquina estatal nunca foi tão “normal” como de 1982 em diante. Isso significou a continuação de favores com a utilização de recursos públicos por políticos com objetivo de manter suas bases de sustentação.

Apesar da mescla de elementos modernos e tradicionais, a relação de reciprocidade entre poder local e governos estadual e federal adquiriu novos contornos, pois, o clientelismo, ao ser mediado pela alocação de recursos públicos, implicou um mínimo de racionalidade administrativa e se fez presente inclusive nos grandes centros urbanos.

## REFERÊNCIAS

KERBAUY, M. T. M. **A morte dos coronéis**: política interiorana e poder local. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial – UNESP, 2000.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa – Ômega, 1986.

